

Diferenças condensadas em palavras

Differences condensed in words

Sírio Possenti

Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP – CNPq – FEsTA), Campinas,
São Paulo, Brasil
siriop@terra.com.br

A guerra é a continuação da política por outros meios
(Klausewitz)

Esta questão do impeachment depende da avaliação política
– não de uma avaliação jurídica – que o Senado está fazendo
(Michel Temer)

Resumo: O objetivo maior do presente trabalho é analisar alguns aspectos da polêmica que se formou em torno da palavra “golpe”, considerando-a fundamentalmente no contexto do processo de *impeachment* que se encontra atualmente em curso no Brasil. Em um primeiro momento, menciona ou faz breves análises de outras palavras controversas e, em seguida, apresenta diversas acepções do termo “golpe”, tomando por base dois dicionários de línguas e dois dicionários políticos. Finalmente, propõe hipóteses de abordagem da palavra e mostra que, sendo ela fortemente disfórica, todos tentam evitá-la, por um lado, e, por outro, atribuí-la aos outros, em prováveis golpes de interpretação.

Palavras-chave: golpe; *impeachment*; polêmica; política.

Abstract: The main objective of this paper is to analyze some aspects of the controversy that surrounds the word “coup”, considering it mainly in the context of the impeachment process currently ongoing in Brazil. It also mentions or makes brief analysis of other controversial words

and presents different meanings of the word “coup”, considering two Portuguese dictionaries and two political dictionaries. Finally, it proposes several hypotheses about the meaning of the word “coup” and shows that, being it a strongly dysphoric word, all speakers try to avoid it, on the one hand, and to assign it to others, on the other hand, in what we may call “interpretation coups”.

Keywords: coup; impeachment; polemics; politics.

Recebido em 11 de agosto de 2016.

Aprovado em 14 de setembro de 2016.

1 Introdução: pequena história

É praticamente impossível demarcar com exatidão o início de um processo histórico. A única coisa certa é que, geralmente, a data que fica nos manuais é inexata. Por exemplo, certamente o processo de impedimento de Dilma Rousseff¹ não começou em dezembro de 2015, quando o presidente da Câmara aceitou um dos vários pedidos e, com isso, deu início ao processo legislativo de avaliação do caso.

Talvez se possa dizer que começou no dia da reeleição (26/10/2014), porque o resultado foi de certa forma, inesperado, especialmente porque, até a abertura das urnas do Norte do país, a vitória do outro candidato era dada como certa.²

A derrota não foi aceita com a naturalidade desejada nas democracias. Foi contestada em diversas instâncias, das jornalísticas às judiciárias. A reação foi reforçada pelas medidas econômicas tomadas no começo do segundo mandato, que fizeram com que muitos eleitores de Dilma se frustrassem.

Mas, talvez, o processo tenha começado ainda antes. Segundo Ab’Saber (2015), uma data decisiva é abril de 2012, quando o setor bancário manifestou claramente que não aceitava a política de juros que a Presidenta implementava (muitos não acreditavam na independência do Banco Central). Teria começado então o desembarque dos apoiadores

¹ Neste texto, será chamada de Dilma, como tem sido corrente na mídia e na rua.

² Houve boatos de vazamento da contagem de votos. Comentaristas de TV insinuavam que sabiam mais do que diziam aos telespectadores, e determinados políticos se deslocaram para Brasília em vão.

poderosos do governo. Logo a mídia os seguiu, e, com ela, uma certa classe média, que não aceitava outros efeitos dos governos Lula e Dilma, notadamente algumas conquistas populares, posição que se materializava ora mais clara, ora mais difusamente.³

Não devem ser descartadas, no rol das condições que fundamentaram o processo, duas características de Dilma: a) não ter habilidade para a negociação política (constantemente repisada); b) ser mulher – para muitos, a misoginia teve papel importante em sua avaliação pelos políticos e pelas ruas.

Por exemplo, no início de 2013 ocorreram os famosos “rolezinhos”, uma afluência em massa de jovens adolescentes das periferias aos *Shopping Centers* elegantes. Sua movimentação assustava uma clientela desacostumada a ver “esse tipo de gente” no seu espaço (excetuadas talvez as empregadas domésticas e outros trabalhadores braçais que eventualmente atuam no espaço “nobre”). Também houve manifestações aparentemente pessoais,⁴ que se disseminavam nas redes sociais, com foi o caso de uma professora universitária do Rio de Janeiro que manifestou estranheza e certo desprezo e asco ao ver em um aeroporto (“-Ou rodoviária?”, perguntava ela a um amigo do mesmo nível) um passageiro de bermuda, tênis e camiseta regata. “-O glamour foi pro espaço”, comentou seu amigo, um reitor,⁵ em redes sociais. Evidentemente, não houve a intenção de ofender... eles insistiram em afirmar.

Eram sintomas. Houve outros. Em junho de 2013, na abertura da Copa das Confederações, frequentadores da cerimônia⁶ gritaram em coro “Dilma, vai tomar no cu”. Um pouco menos de um ano depois, as notórias manifestações de junho reduziram a pó os eventuais índices de popularidade elevados de todos os políticos. Os de Dilma nunca se recuperaram, exceto ao final da campanha política de 2014, efeito,

³ A expressão crua destas avaliações (não trabalham, fazem filhos para receber bolsa família etc.) pode ser vista em <https://www.facebook.com/lindbergh.farias/videos/1153817544629539/>. Foram estes enunciados que levaram muitos manifestantes à rua

⁴ Mas que eram óbvios indícios.

⁵ Ver: <http://www.estadao.com.br/noticias/geral,professora-e-afastada-da-puc-rio-por-ironizar-passageiro,1131398>

⁶ A nova configuração “arquitetônica” dos estádios (agora “arenas”) e os preço dos ingressos expulsara os “geraldinos” e outros representantes do povo nos estádios. Lá estava só a “classe média”.

segundo analistas, do fato de que pôde mostrar obras de seu governo que eram pouco divulgadas.⁷

Dois fatos são certamente determinantes, considerado este pano de fundo: a contração da economia e as denúncias de corrupção (em especial as ações da Lava Jato).⁸ Mais de um parlamentar declarou, até mesmo quando votava pelo impedimento, que o fazia pelo “conjunto da obra”,⁹ e não pelas duas razões alegadas pelos signatários do pedido de *impeachment* (que o Supremo determinou que deviam ser as únicas a ser consideradas, mesmo na fase a ser cumprida no Senado).

Outra narrativa, provavelmente verdadeira, mas que só é válida se considerado o pano de fundo geral, é o papel de Eduardo Cunha, por duas razões fundamentais: a) além de ser adversário ideológico claro dos projetos que Dilma representa, dois episódios foram determinantes: sua eleição à presidência da Câmara, combatida por Dilma, que encampou outra candidatura, fato que acirrou a disputa; b) acusado no Conselho de Ética de ter mentido em depoimento numa CPI, Eduardo Cunha precisava dos votos do PT para não ser processado; no mesmo dia em que os deputados do PT votaram contra sua demanda, ele aceitou e deu andamento ao pedido de *impeachment*.

Este breve pano de fundo inclui pelo menos mais um episódio relevante: o TCU, pela primeira vez, não aprovou as contas de um presidente (foram reprovadas as de Dilma relativas a 2014), alegando dois “erros”, que vieram a ser conhecidos como “pedaladas fiscais” e decretos suplementares de gastos, sem autorização do Congresso.¹⁰ O relatório foi votado em 15 minutos (normalmente, ocuparia uma sessão de várias horas).

Os fatos brevemente narrados são relevantes porque foram retomados por ambas as partes: ou para dizer que Dilma errou (cometeu

⁷ Uma análise das propagandas do governo mostraria que suas obras (transposição do São Francisco, aeroportos, rodovias e ferrovias, por exemplo, não apareciam. A publicidade se referia preferencialmente ações do tipo Mais Médicos (as sociais) ou era das estatais (Petrobrás, por exemplo).

⁸ A atuação claramente parcial da mídia, talvez dos procuradores e do juiz encarregado do caso puseram lenha na fogueira.

⁹ Recessão, desemprego, “bolivarianismo”...

¹⁰ Os atos foram analisados em detalhe por defensores e adversários, por testemunhas e peritos, durante a fase de instrução no Senado, tendo sido objeto de muitas controvérsias, tanto da parte de economistas quanto de juristas.

irregularidades e, além disso, numerosos erros administrativos – o propalado “conjunto da obra”) e por isso devia ser impedida, ou para dizer que Dilma podia ter errado, mas não cometera crimes (além de ter sido prejudicada por um Congresso hostil) e por isso não devia ser impedida; visto deste ângulo, o processo é uma armadilha destinada a tomar o poder não conquistado nas urnas – a agenda de Dilma incomoda os conservadores e os privatistas.

1.1 Questão política ou jurídica

O que foi exposto acima inclui ingredientes políticos e jurídicos. Os jurídicos representam o que poderia ser tipificado como crime de responsabilidade. Em tese, sem eles, um processo de impedimento não pode prosperar. A oitiva dos pareceres e das testemunhas mostra que há três interpretações: a) Dilma cometeu dois crimes (mencionados acima); b) Dilma não cometeu nenhum dos dois crimes; c) Dilma cometeu um dos crimes (decretos), mas não o outro (“pedaladas”). Todas as alternativas encontram defensores e críticos tanto no domínio político quanto no jurídico. As alternativas podem ser comprovadas tanto em manifestações de magistrados na análise do processo, quanto no parlamento ou em entrevistas e em artigos publicados na mídia.

Um dos argumentos mais repetidos pelos que consideram o processo legítimo é que ele segue o roteiro definido pelo STF. Os que consideram o processo injusto (ou apenas político) argumentam que o STF jamais analisou o mérito das acusações, apenas seu *script* (prazos, critérios de escolha das comissões etc.). Dizer que o processo é legítimo *porque* o STF o supervisiona é como dizer que a condenação de um réu é justa porque o processo se deu num Tribunal, com hora marcada, o juiz ouviu a defesa e estava de toga... Ou seja: a questão básica seria se as provas são conclusivas, e não se os procedimentos formais são seguidos (argumento que sequer é rebatido pelos defensores do impedimento).

2 Certas palavras

Pode-se dizer que todas as palavras têm diversos sentidos. Uma das razões para isso são as mudanças históricas, seja por deslizamento do sentido, seja por alterações no “referente”, no sentido de que um objeto

ou um fato (palavras podem referir-se a fatos, a acontecimentos!) podem mudar sua “natureza”.

Esta variação de sentido é verdadeira armadilha, pelo menos em dois casos: a) quando uma palavra designa um conceito em uma doutrina específica (como “verdade” em Foucault ou na ciência, e “verdade” em acepções correntes, como as dos provérbios ou as chamadas verdades jornalísticas), o que pode levar análises a passar inadvertidamente de um espaço para outro; b) quando uma palavra se refere a dois aspectos de um objeto ou de uma entidade, como ocorre com “povo” (como se verá a seguir).

Eventualmente, discursos políticos recebem adesões em decorrência de um emprego eficaz de certas palavras, como “democracia”, “desenvolvimento”, “povo”, “social”.¹¹ Determinados embates políticos podem girar em torno de uma palavra, como é o caso, de alguma maneira, do emprego ou de sua recusa, da palavra “golpe”, na quadra em que escrevo este texto.

Outras expressões podem apresentar os mesmos “problemas”, isto é, serem armas de luta ou objeto de disputa. Veremos abaixo pelo menos dois casos. Antes, tratemos de duas palavras.

2.1 “Povo” e outras formas

Agamben (1996/2015) defende que a palavra “povo” tem dois sentidos. Por um lado, designa o sujeito político constitutivo; por outro, a classe que, de direito, está excluída da política (p. 35): “(...) o povo já traz sempre em si a fratura biopolítica fundamental. Ele é aquilo que não pode ser incluído no todo do qual faz parte e não pode pertencer ao conjunto no qual já está desde sempre incluído”¹² (p. 37).

Esta diferença se percebe bem na famosa formulação de Lincoln, quando invoca um “governo do povo, para o povo e pelo povo” (p.35). Na primeira ocorrência, “povo”, objeto do governo, é (em tese) a totalidade de uma população; na segunda, agente do governo, é aquela parte do povo

¹¹ A leitura de Williams (1976/2007) é, a este respeito, extremamente instrutiva. A obra anota as mudanças do sentido sofridas por muitas palavras, hoje controversas. O mais interessante é exatamente a controvérsia, eventualmente assinalada na adjetivação.

¹² Esta fratura, segundo Agamben, reflete dois sentidos de “vida”: ora tem a ver com “vida nua” (*zoé*), ora com existência política (*bios*).

que tem efetiva vida política (que tem poder); na terceira, seu sentido é ambíguo, e depende do governo, depende de ser governo de todo o povo ou de parte dele: se governa para todos, trata-se do povo no sentido de população de um país; se governa para poucos (os de sempre: industriais, banqueiros - os ricos - etc.), então povo se confunde com a parcela que governa.¹³ Pode até acontecer um fato “estranho”: se um governo inclui os mais pobres em seu escopo (“*le peuple, les malheureux*” da Revolução Francesa [id. p.36], quiçá os descamisados de Collor), pode passar por populista – como se dar um pouco equivalesse a dar tudo para os que em geral são excluídos.¹⁴

Estas acepções, e mais algumas sutilezas, encontram registro em dicionários, como o *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, que, entre outras acepções, anota: “conjunto de pessoas que vivem em comunidade num determinado território; nação, sociedade”, mas também “conjunto de pessoas que pertencem à classe mais pobre, à classe operária; plebe” e “conjunto dos cidadãos de um país, excluindo-se os dirigentes e a elite econômica”.

Janine Ribeiro (2000) mostra fenômeno semelhante, envolvendo duas palavras de raiz comum, e mostra que, apesar de isso parecer uma garantia de identidade de sentido, o efeito não se dá no emprego efetivo. Analisa as palavras “sociedade” e “social”, como são empregadas por empresários, políticos e jornalistas, e constata que “a sociedade” acabou por “designar o conjunto dos que detêm o poder econômico, ao passo que “o social” remete (...) a uma política que procura minorar a miséria”¹⁵ (p. 19). Esta conclusão decorre de fatos, como a declaração de um ministro de então, segundo o qual o modo de pôr fim à indexação seria “negociado com a sociedade”, por um lado, e, de outro, como o fato de o slogan de um governante que queria mostrar intenção de acudir os pobres ser “tudo pelo social”. Em suma, a sociedade com a qual o governo discute política econômica cabe em um salão de tamanho médio; já os que são alvo de sua “sensibilidade social” se espalham pelo país, especialmente nas periferias das cidades. Também neste caso o mesmo dicionário é instrutivo, registrando acepções diversas, diferenças até sutis. As que

¹³ Minha análise.

¹⁴ Os governos Lula e Dilma foram, com frequência, duramente acusados de dar “bolsa esmola” aos mais pobres, como se isso consumisse todo o orçamento federal.

¹⁵ Do povo, diria Agamben.

mais se aproximam da análise de Ribeiro são os sentidos “alta sociedade, a alta-roda” para o verbete “sociedade”. Para “social”, encontra-se tanto “concernente à sociedade” quanto, o que é aqui relevante, “o que diz respeito ao bem-estar das massas, especialmente as menos favorecidas” (a acepção captada pela análise de Ribeiro).

Brevemente, vale a pena comentar também o emprego corrente de “ideologia / ideológico”. Na mídia, mesmo quando repercute declarações de acadêmicos no poder, tais palavras sempre são sinônimas de “esquerda”. No campo da diplomacia, por exemplo, opõe-se “ideológica” a “de Estado” (como se fossem antônimos), e no campo econômico, o antônimo de “ideologia” é “racionalidade”. O posicionamento “conservador” poderia ser assim resumido: “vamos controlar os gastos, fazer as reformas necessárias e basta de ideologia”. Ou seja, só haveria ideologia de esquerda.¹⁶

3 Sobre a palavra “golpe”

Divido o tratamento da palavra “golpe” em quatro partes. Primeiro, apresento a questão a partir da ótica dos dicionários, embora não retome apenas os registros. Em segundo lugar, trato de “golpe” como um pé-construído. Em terceiro, menciono e comento algumas declarações de origem enunciativa diferente (expressando diversos posicionamentos). Finalmente, mostro alguns lances “retóricos”, tentativas de apropriação da palavra, que revelam sua instabilidade, por um lado, e seu efeito de sentido negativo, por outro.

Trata-se de uma tentativa de propor uma análise no calor da hora, isto é, no momento em que os brasileiros estão divididos entre os que defendem que há um golpe em curso e os que defendem que não.

Esta parte do trabalho justifica a epígrafe:¹⁷ “A guerra é a continuação da política por outros meios.” Com ela, se chamaria atenção para o fato de que um *impeachment* pode ser um golpe levado a termo por meios não usuais, clássicos, uma tese que tem sido frequentemente formulada e defendida nos últimos anos na América Latina.

¹⁶ Nossas elites não são só autoritárias, escravistas. São também iletradas.

¹⁷ É claro que esta afirmação implica revelar minha posição em relação ao que ocorre: é golpe.

3.1 Os dicionários

Este tópico inclui diversas questões. Uma delas, a mais evidente, mas longe de ser a única, é o registro das acepções da palavra “golpe” em dicionários de relevância (dicionários de “línguas”, em primeiro lugar, mas também dicionários políticos, que deixam explícitas as divisões sociais que as diferenças de sentido da palavra revelam).

O *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, por exemplo, registra quinze acepções, das quais duas poderiam ser consideradas uma “descrição” do fato político aqui considerado. A acepção 6, na qual o dicionarista anota “derivação: sentido figurado”, é “ato pelo qual a pessoa, utilizando-se de práticas ardilosas, obtém proveitos indevidos; estratagemas, ardil, trama”. A acepção 7 inclui “ação ou manobra desleal”.

O argumento parece frágil para quem queira defender que *impeachment* é golpe, mas, considerando que o dicionário registra em nota de rodapé a informação de que “golpe de estado” é, para muitos, um galicismo,¹⁸ fica claro que as conotações políticas não são consideradas por ele.

Por outro lado, *Caldas Aulete* inclui “Golpe de Estado”, que define como “ato violento a que um governo recorre para sustentar o poder ou evitar alguma tentativa contra o Estado; trama pela qual um ou mais indivíduos por meios violentos derribam o governo estabelecido para constituir um novo; golpe”. Esta definição está mais próxima do que abaixo qualifico como “golpe prototípico” – além de, evidentemente, estar clara a diferença em relação ao Houaiss no tratamento de “golpe de Estado”.

Dicionários de política veiculam em geral diversas concepções de golpe, levando em conta aspectos históricos. Farhat (1996), por exemplo, abre o verbete citando definições de “golpe de estado” de diversos dicionários:

A expressão *golpe de estado* está dicionarizada como “mudança violenta ou ilegal de governo (*Oxford Concise Dictionary*), “subversão da ordem constitucional” (Aurélio), “violação deliberada das formas constitucionais por um governo, uma assembleia, um grupo de pessoas que detêm a autoridade” (Larousse); ou “a súbita e forçada

¹⁸ Por isso nem é definido.

substituição de um governo” (*Webster’s New Twenty Century Dictionary*). Reduzido a termos mais simples, golpe de Estado configura a substituição de um poder do Estado por outro, por métodos não constitucionais, com ou sem uso de violência física (p.455).

Além de citar estas definições, menciona características e casos que (mesmo sem golpes de interpretação) podem incluir o processo atualmente em curso no Brasil. Por exemplo, “o golpe de Estado *parte de um dos poderes do Estado contra outro*” poderia aplicar-se a casos em que o Legislativo “derruba” o Executivo.¹⁹ Entre os golpes havidos no Brasil, o mesmo autor (que foi ministro do general Figueiredo, note-se), cita o AI 5 (dezembro de 1968), “sucessivos golpes de Estado, consubstanciados nos atos institucionais 12, 13, 14 e 15, todos de 1969” (p.456) e acrescenta: “os golpes de Estado do presidente Ernesto Geisel,²⁰ em abril de 1977, através de duas emendas à Constituição” (ibidem), uma reformando dispositivos referentes ao Poder Judiciário e outra dispondo sobre eleição indireta de governadores (o conhecido Pacote de Abril). Antes, havia considerado golpe a decisão de Auro de Moura Andrade, então presidente do Senado, declarando vaga a presidência da República, em 1964.²¹

Barbé (1986), reconstituindo a noção historicamente, assinala a mudança de significado da expressão no tempo, e destaca a “mudança substancial dos atores (quem o faz)” e a “própria forma do ato (como se faz)” (p.545). Considera golpe, por exemplo, a decisão de Catarina de Médicis de eliminar os huguenotes na noite de São Bartolomeu (p.545), fato que em nada se parece com um golpe militar mais típico em determinada época e lugar (como os do século XX na América Latina, os famosos *pronunciamentos*).

O termo foi se “precisando paulatinamente”, afirma Barbé, especialmente com o advento das Constituições, quando passou a

¹⁹ Talvez o caso atual caiba nesta descrição.

²⁰ Raramente tratados como golpes, se é que um dia o foram!

²¹ No programa Roda Viva (4/7/2016, disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=JmMDX42jOoE>), o historiador Leandro Karnal, embora não tenha tomado posição sobre o processo contra Dilma, disse (em torno do 16º minuto) que o Brasil é um país no qual houve uma sucessão de golpes. E enumerou: Independência, maioridade de D. Pedro II, República, 1891, 1930, 1937, 1945, 1954 (tentativa em 1955). Não mencionou 1964! Vê-se, portanto, que as “referências” da palavra podem variar bastante.

designar basicamente “mudanças no governo, feitas na base da violação da Constituição legal do Estado, normalmente de forma violenta, por parte dos próprios detentores do poder político” (ibidem).

Em seguida, afirma que, nos anos recentes, houve uma proliferação de golpes, com “características bem diferentes” (ibidem). Na década de 1970, houve muitas mudanças de governo decorrentes de golpes, teoricamente promovidos por militares (ibidem), de forma que este tipo de golpe se tornou o mais frequente – e, por consequência, o mais típico (ou prototípico). Acrescenta que a história do conceito revela que o elemento decisivo da definição passou a ser “quem o faz”: antes, o soberano; depois, titulares do poder político legal; depois, um setor dos funcionários públicos – tipicamente, os militares (p.546).

Um subtítulo do verbete é sintomático, “Golpe de Estado e Golpe Militar”, indicando que um golpe de Estado não tem necessariamente caráter militar, o que fica mais claro quando cita Luttwak, para quem “Golpe de Estado consistiria na infiltração dentro de um setor limitado, mas crítico, do aparelho estatal e na utilização dela para privar o Governo do controle dos demais setores” (ibidem).²² Acrescenta em seguida que “Hoje não existe Golpe de Estado sem a participação ativa de pelo menos um grupo militar ou da neutralidade-cumplicidade de todas as forças armadas”,²³ afirmação que poderia ser discutida, mesmo à luz de algumas das declarações que serão citadas abaixo. Outra afirmação de Barbé é que “As consequências mais habituais do Golpe de estado consistem na simples mudança da liderança política” (p.547). Poderia ser uma boa descrição do processo em curso no Brasil, especialmente se consideradas mudanças profundas em algumas áreas.

Classicamente, o referente de uma palavra ou descrição definida era concebido como sendo uma coisa ou uma classe. Um dos debates clássicos, na Idade Média, referiu-se à questão dos universais: são uma coisa, um conceito ou nada (a palavra sendo apenas *flatus vocis*)? Mais recentemente, a questão da existência ou não do referente obrigou os semanticistas a se desdobrarem para explicar enunciados como “O rei da França é calvo” ou “Os marcianos são verdes”.

²² Poder-se-ia considerar que a aceitação do processo de impeachment pela Câmara dos Deputados (em 17/4/2016) se enquadra nesta definição.

²³ Defensores do mandato Dilma poderiam dizer que este é o caso – neutralidade-cumplicidade.

Mais recentemente, uma teoria semântica associada a teorias cognitivas tem proposto que palavras referem-se não só a referentes “compactos”, mas a objetos complexos e/ou a processos. Conceitos como o de *frame* e de *script* fazem ver os “objetos” como complexos. Assim, explica-se mais claramente, por exemplo, sua retomada metonímica, como em “O *carro* bateu... Os *pneus* foram encontrados a 200 metros / os feridos estão no hospital X”, ou “O *juízo* começou à 14h00. O *relator* votou pela constitucionalidade”.

Trata-se de conceitos relevantes para o caso em questão, porque, seja ele tratado como golpe ou não, o processo de impedimento é complexo (“pedaladas”, decretos, comissão, parecer, defesa, acusação...) e se desdobra no tempo (rito, comissão da Câmara, votação em plenário, admissibilidade, Comissão do Senado, apelo ao Supremo, defesa, acusação, peritos, testemunhas...). Se, por exemplo, se noticia que o MPF de Brasília declarou que as pedaladas não incriminam²⁴ Dilma Rousseff, a notícia é imediatamente associada ao processo de impeachment em andamento, mesmo que ele não seja mencionado no texto.

Outro conceito importante, também associado à linguística cognitiva, é o de protótipo que decorre basicamente da percepção de que as categorias não são homogêneas. Uma palavra como “pássaro”, por exemplo, refere-se a exemplares mais e menos prototípicos, variáveis conforme a cultura. Testes mostrariam que os membros mais representativos são os que um nome faz os falantes evocarem imediatamente (para alguma explicitação, ver Duque (2005)²⁵ e Silva (s.d./).

Considerados estes conceitos, torna-se mais fácil postular, por exemplo, que alguém defenda que o processo de *impeachment* começou logo depois das eleições de 2014 (em um programa de TV) ou já no início de 2015,²⁶ ou apenas com a admissão por Eduardo Cunha de um dos pedidos de *impeachment*.

²⁴ Ver <http://www.tijolaco.com.br/blog/mpf-de-brasilia-diz-que-pedalada-nao-e-crime-e-isso-importa-senadores/>

²⁵ A concepção invadiu teorias gramaticais: haveria, por exemplo, substantivos mais prototípicos (menino, livro) e menos prototípicos (verdes).

²⁶ Como noticiou o *Estado de S. Paulo*, em 17/04/2016, p. A12, em reportagem intitulada “G8 do *impeachment* teve reuniões durante 1 ano”, esmiuçando os trabalhos de um grupo de parlamentares coordenado por Heráclito Fortes).

Outra dimensão dos dicionários pode ser vista nesta consideração de Bernard Gardin, que propunha considerar certos debates como “o estabelecimento de um dicionário”: (...) trata-se, “para cada grupo (1) de impor seus próprios significados aos significantes que fazem parte do vocabulário político comum (...) e de combater a mesma tentativa por parte do adversário: recusar seu emprego dessas unidades; (2) de dar a verdadeira significação dos termos típicos do adversário, denunciando os significados ocultos (...); (3) de impor seus próprios signos linguísticos: significante e significado. (...) A metáfora subsiste na pena de Bonnafous e Tournier (...) quando escrevem que “o homem no poder brinca permanentemente de dicionário” (ver KRIEG-PLANQUE, 2009/2010, p. 104).

3.2 Golpe e golpe prototípico

Consideradas as definições de golpe acima mencionadas e a retomada rápida de alguns conceitos cognitivos, pode-se dizer que há golpes prototípicos e golpes não prototípicos (ou mais e menos prototípicos), ou seja, que se trata de um conceito vago e historicamente cambiante. Desde Catarina de Médicis até os recentes episódios eventualmente considerados golpes (Paraguai, Honduras e mesmo o atual processo de *impeachment* de Dilma), diversos tipos de golpe ocorreram.

Provavelmente, tende-se a considerar que um golpe prototípico é promovido por militares, envolve alguma violência, quebra de aspectos da Constituição, censura e eliminação de alguns direitos básicos, como o de reunião e de livre manifestação. Neste caso, um golpe precisa de golpistas identificáveis (mas eles nunca aceitarão esta designação).²⁷

Um bom exemplo desta interpretação é o enunciado de Cunha Lima no *Jornal da Cultura*, de 16/5/2016, reproduzido em seu blog. Discordando dos que chamam de golpe o que ocorre no Brasil, expõe do processo uma concepção bem estrita:

Que golpe é esse que não tem nenhuma arma nas ruas?
Que golpe é este no qual os artistas acusadores podem
voltar tranquilamente para o Brasil e exercerem seu direito

²⁷ Vale a pena citar uma passagem de Fährat: “Sei que, no mínimo, não é “politicamente correto” qualificar como golpe de Estado qualquer decisão do Congresso Nacional. Porém, se algo tem cheiro de rosa, pétalas de rosa, espinhos de rosa e “jeitão” de rosa, que outra coisa será?” (p.456)

à crítica, livremente? Que golpe é este, durante o qual a presidente do Brasil pode voar para os Estados Unidos, representar o país na ONU, e voltar tranquilamente em vez de ser condenada ao exílio? Que golpe é este no qual, após a admissão de um processo, a presidente pode ficar hospedada na moradia oficial, visitar sua família em avião pilotado por oficiais das Forças Armadas e retornar livremente ao Palácio da Alvorada? Que golpe é este no qual a presidente já foi intimada a fazer sua defesa, exercendo um direito legítimo, e se não for condenada, voltar ao exercício da presidência? Como pode o Brasil estar vivendo um golpe de estado, se todos os manifestantes contra ou a favor do impeachment frequentam livremente as ruas para se manifestarem, sob a proteção do estado? Juristas divergem sobre os procedimentos do impeachment, em andamento, e até negando-o, mas o seu ritual foi definido pelo Supremo e quem atualmente preside o Senado, instância final do mesmo, é o próprio presidente do Supremo. (<http://jorgedacunhalima.ig.com.br/index.php/2016/05/18/que-golpe-e-este>)

Vai no mesmo sentido o seguinte excerto de uma entrevista de Walter Russel Mead, professor de relações internacionais americano que afirma conhecer bem o Brasil: “Quando alguém fala em golpe, o que eu imagino são tanques de guerra tomando conta das ruas da cidade e o Exército fechando o Senado. Mas o que observo são deputados e senadores votando em paz” (*Veja*, 03/08/2016. p.13).

3.3 Estabilidade e pré-construído

Um pré-construído prototípico se materializa em um nome – de preferência uma nominalização –, precedido de artigo definido (como em “o aumento da inflação”) e é considerado evidente. Contém um implícito: “há/houve aumento da inflação” e, portanto, faz apelo a certa memória. É um “pressuposto”²⁸ a partir do qual se fala. Algo fala, antes e alhures, na clássica formulação de Pêcheux.

²⁸ Ver Henry (1992).

Exemplos de “golpe” como um pré-construído são: “*O golpe* e a súbita decadência da imagem do Brasil no exterior”; “Aqueles que votarem pelo *Golpe* terão seus nomes manchados para sempre na história do Brasil”; “os ingleses leram: “Traída por seu companheiro de chapa, condenada por um Congresso contaminado por corrupção e insultada pelo abuso que sofreu como prisioneira da ditadura militar, sofreu *um grande golpe*”; “O golpe só foi produzido porque teve por trás um discurso único bombardeado dia e noite pela mídia à população”. As ocorrências poderiam ser multiplicadas facilmente.

Assim, eventualmente, enuncia-se “golpe” como se seu sentido fosse algo estabilizado. Por isso, ocorre muito frequentemente sem adjetivo, sem qualificação. Pode não ser “óbvio” para todos os enunciadores, mas é óbvio para os que enunciam no interior de determinado posicionamento. Assim, os que pensam que o *impeachment* é um golpe dizem “o golpe”, e dizendo “o golpe” implicam que o consideram um golpe.

O fato de que se diga “golpe militar” implica que outra adjetivação é possível – daí uma certa proliferação de adjetivações, cada uma dando conta de determinado aspecto do golpe: golpe parlamentar, político e branco indicam, no primeiro caso, quem são os agentes do golpe (os parlamentares), no segundo, sua natureza (“político” é mais vago do que parlamentar, mas não o exclui; em geral, significa que os agentes são mais numerosos, talvez mais difusos [a mídia, o capital etc.]), e “branco” indica que o golpe não foi violento ou sangrento.

Trata-se de golpes não prototípicos, que nem por isso deixam de ser golpes, à luz da história. Não só os rouxinóis são pássaros. Tucanos também são.

Um dos efeitos do sentido prototípico de golpe leva a entender implicitamente golpe como golpe militar (eventualmente violento, com suspensão de direitos), como alguns enunciadores fazem. Seguiria um *script* clássico. O fato pode ser entendido também como efeito de uma estabilidade do sentido da palavra. O que pode ser associado a uma tese de Courtine, segundo a qual certas formas nominais, frequentemente topicalizadas, “são saturadas pelo consenso ideológico que estabiliza sua referência” (*apud* MAINGUENEAU, 1987, p.143-144), exatamente porque “sabe-se o que é”, “são evidentes”. Quando tais palavras são adjetivadas (ou qualificadas de alguma outra maneira), o fato indica alguma instabilidade, alguma não coincidência entre interlocutores.

Por exemplo, talvez se possa dizer que, no Brasil atual, a palavra “democracia” adquiriu um sentido bastante estável. Por isso, não são muito comuns, embora ocorram, adjetivações como “democracia *formal / burguesa*”.

Voltando à palavra “golpe”, vale um comentário um pouco digressivo. Trata-se de palavra fortemente negativa, disfórica. Ninguém assume que dá um golpe ou que é golpista. Um bom exemplo são os discursos em torno do golpe de 1964, cujos defensores o chamavam de “revolução” (até “revolução gloriosa”, eventualmente reduzida a “gloriosa”, com uma dose de ironia, na boca de críticos) e cujos adversários o chamavam de “golpe” ou “golpe militar”, sintagma que enfatizava esta característica, à época quase redundante. Recentemente, a propósito dos 50 anos do evento, nova designação se tornou corrente: “golpe civil-militar”, cujo efeito não foi o de inocentar os militares, mas de explicitar a grande participação de civis (governadores, congressistas, empresários, donos de jornais etc.), tanto na fase de conspiração quanto na de execução, e, principalmente, na sua consolidação. Vale anotar que, de certa forma, alguns civis também colaboraram para seu fim, premiados pela sociedade civil²⁹ organizada, especialmente quando o golpe deixou de dar lucro.

3.4 Assim é, se lhe parece

Em relação ao sentido de “golpe” e a sua adequação ao evento em curso no Brasil, há duas posições básicas e claramente opostas. Os que consideram que há golpe e os que pensam que não. A declaração seguinte, de Eduardo Cardozo, que estava na Advocacia Geral da União, defensor de Dilma em todo o processo, resume bem o primeiro posicionamento, assim como a de Jorge Cunha Lima resume bem o segundo:

Golpe de Estado é derrubar ilegalmente um governo constitucionalmente legítimo. Os golpes de estado podem ser **violentos ou não** (...). O golpe de estado pode consistir simplesmente na **aprovação por parte de um órgão de**

²⁹ “Sociedade civil” mereceria um parágrafo, pela adjetivação (que a distingue de “sociedade”, em grande parte comprometida, então, com a delegação do poder central aos militares). A expressão teve enorme apelo nos últimos anos da ditadura, tendo de certa forma desaparecido, depois de “cumprir sua missão”.

soberania de um diploma que **revogue a constituição** e que confira todo o poder do Estado a uma só pessoa ou organização, ou também um **golpe militar**, em que unidades das forças armadas ou de um exército popular conquistam alguns lugares estratégicos do poder político para assim forçar a renúncia do governo. **Para ser considerado golpe de Estado, não necessariamente o governante que assumiu o poder pela força tem de ser militar...**

O que é interessante observar é que os adversários da tese do golpe aplicam a palavra a casos bem menos próximos de um golpe prototípico do que o processo que tenta derrubar Dilma. Vejam-se, por exemplo, as duas declarações seguintes,³⁰ uma de Michel Temer, que se tornou manchete (duas, na verdade): “NOVAS ELEIÇÕES? PARA O VICE MICHEL TEMER, ANTECIPAR O PLEITO É GOLPE” / “GOLPE É ROMPER COM O QUE ESTÁ NA CONSTITUIÇÃO, DIZ TEMER”, e a de um dos principais assessores de Temer, Romero Jucá: “GOLPE É CONVOCAR NOVAS ELEIÇÕES”.

Parece razoável dizer que, se o *impeachment* não é golpe, porque segue determinadas regras, muito menos seria um golpe a convocação de novas eleições, que só poderiam acontecer após mudança na Constituição e, portanto, seriam constitucionais.

Anoto ainda outro enunciado que desestabiliza a oposição aparentemente pacífica entre os grupos pró e contra. Bolívar Lamounier, valorizado³¹ representante do discurso de que não há golpe, declarou que a abertura do processo foi um contragolpe democrático³² (foi título de uma coluna na FSP em 21/4/2016). Ora, contragolpe é golpe!³³

Outros enunciados revelam este jogo em que a “bola” é a palavra “golpe”. Uma carta de leitor de 29/07/2016 (*Folha de S. Paulo*) defende que “o verdadeiro golpe está acontecendo agora na Turquia. Os *expurgos* constantes e as *restrições* da liberdade de imprensa são um retrocesso

³⁰ Em diversos meios, no dia 26/4/2016.

³¹ Não se sabe como nem por quê.

³² Trecho do texto: “Os 367 votos a favor do *impeachment* representaram muito mais do que uma dura reprovação à incompetência e às ilegalidades do governo Dilma. Representaram um *contragolpe democrático*. Ainda não sepultaram a farsa que Lula iniciou em 2010, mas são um passo decisivo nessa direção. A pá de cal será o julgamento no Senado.”

³³ Ver análises do que ocorre nestes dias na Turquia...

à democracia”.³⁴ E uma nota da coluna Painei, no dia 27/07, no mesmo jornal, informa que o atual advogado geral da União terá declaração citada na defesa de Dilma no Senado. É que, em 2015, usou a expressão “golpe revestido de institucionalidade” para se referir ao processo que estava para começar (para ele, antes era, agora não é mais “golpe”).³⁵

Mas os enunciados mais representativos do jogo que consiste em considerar que golpistas são os outros foram proferidos quatro anos antes, especialmente a propósito de acontecimentos que sucederam ao golpe contra o Presidente Lugo, do Paraguai, em 2012.

3.4.1 *Um caso quase à parte*

Uma das evidências de que “golpe” é uma arma ideológica *prêt-à-porter* é seu emprego conjuntural. Um bom exemplo foi o tratamento dado ao “*impeachment*” de Lugo, no Paraguai, e a alguns desdobramentos decorrentes da interpretação desse acontecimento por presidentes de países membros do Mercosul.

Vinícius Souza publicou matéria no blog “Opera Mundi”, em 01/10/2012, na qual afirmava que cooptar militares para derrubar governos “vermelhos” deixara de ser condição *sine qua non*, e chamava de golpe parlamentar/midiático o evento que teve no centro o presidente Jorge Zelaya, em Honduras. A destruição da imagem pública do governante, basicamente pela mídia, de certa forma passou a ocupar o lugar da conspiração militar. Tal ação é seguida por uma decisão do Congresso, que garante um “verniz” de legalidade ao processo, disse ele.

O insuspeito Clovis Rossi, em 23/6/2012, no jornal *Folha de S. Paulo*, publicou coluna com o título “Paraguai repete Honduras com “golpe constitucional” na América do Sul”. Veja-se o início de seu texto:

É tão chocante o afastamento do presidente Fernando Lugo que permite a Alí Rodríguez – um político das entranhas do “chavismo”, que não é exatamente um modelo acabado de democracia - dar uma aula de democracia. Cita: “É uma nova modalidade de golpe de Estado supostamente constitucional”.

³⁴ Ênfases acrescidas.

³⁵ Aliados do ministro alegam que, naquela ocasião, ele falava como advogado privado sobre fatos anteriores ao mandato.

Não há como discordar, acrescenta Rossi, insuspeito de simpatia por Lugo (e hoje, por Dilma). Menciono estas duas matérias para resumir os discursos de um posicionamento, o de que foram golpes os processos – diferentes – que culminaram, na queda de Zelaya e de Lugo.³⁶

Creio que ocorre a muitos que se trata de um discurso das esquerdas, que trataria negativamente aqueles fatos, por considerar seu desfecho perigoso e favorável a segmentos sociais mais conservadores. Nesta leitura, a “esquerda” abusaria da palavra “golpe” (o que muito se repete hoje na imprensa e nas redes sociais).

Ora, verifica-se que a “direita” se valeu da mesma palavra para designar movimentos havidos no Mercosul após a queda de Lugo. Considere-se o seguinte excerto (29/6/ 2012, acessível em <http://www.brasil247.com/pt/247/midiatech/67248/Abril-trata-como-golpe-Venezuela-no-Mercosul.htm>): “As bruxas estão soltas na América Latina. Se alguém acessar agora a página principal da Veja.com,³⁷ porta de entrada da Editora Abril na internet, poderá se imaginar de volta aos tempos da Guerra Fria. O site denuncia um “golpe” do Mercosul, *ao permitir o ingresso da Venezuela no Mercosul* (ênfase acrescida). Para a Abril, democrática foi a transição política no Paraguai, em que um *impeachment* se processou em menos de 48 horas.”

Observe-se uma espécie de inversão: segundo a notícia, *Veja* considerou a “derrubada” de Lugo legal, mas chamou de golpe à decisão do Mercosul de permitir a entrada da Venezuela.³⁸

Muito significativo é o artigo de Reinaldo Azevedo (que publica um blog hospedado na *Veja*). A chamada é “Golpe no Mercosul – Dilma chuta a democracia, acolhe uma ditadura e vira coadjuvante de Cristina Kirchner”. O texto, resumidamente, afirma que os governos da Argentina, Brasil e Uruguai suspenderam o Paraguai do Mercosul e aproveitaram, eles sim, para dar um *golpe cartorial e burocrático*³⁹ (ênfase acrescida). Fizeram rigorosamente aquilo que acusam o Senado paraguaio de ter feito: deram um *golpe branco* (ênfase acrescida; atenção a “branco”). E

³⁶ Imagine o leitor o que diria o articulista se tratasse do mesmo ponto de vista (mas não trata) o que está ocorrendo no Brasil.

³⁷ O mesmo link permite acesso a todos os documentos citados a seguir.

³⁸ Para os esquecidos, ou muito jovens, é relevante informar que o Paraguai havia sido suspenso do Mercosul porque os outros países membros consideraram a queda de Lugo um golpe, e aplicaram ao país uma suspensão prevista para violações da chamada cláusula democrática.

³⁹ Esta e as próximas ênfases são acrescidas.

continua: “Há, sim, *uma nova modalidade de golpe* na América Latina: *o golpe das eleições!*”

Há mais: Augusto Nunes (adversário notório do “lulismo”, o que inclui os governos Dilma), publicou texto em seu blog sobre este tema, na ocasião. O título dá o tom: “Os três patetas do Mercosul usaram o golpe que não houve no Paraguai, como pretexto para a execução de um golpe de verdade.”

O texto prossegue: “O *golpe que não houve* no Paraguai foi o pretexto invocado pelos parceiros vigaristas para a *consumação de um golpe real* (ênfase acrescida). O *impeachment* de Fernando Lugo foi decretado sem que qualquer norma constitucional fosse violada.” Mas “(...) *golpe é o nome da coisa*” é a afirmação por meio da qual avalia a entrada da Venezuela no Mercosul.

5 Conclusão

Se a guerra é a continuação da política por outros meios, um *impeachment* pode ser um golpe por outros meios. Foi o que este trabalho pretendeu mostrar, apresentando a palavra “golpe” e diversos de seus tratamentos, seja por parte de dicionaristas, de cientistas políticos, mas, principalmente, como um bom problema para analistas do discurso, que, partindo dela, tanto podem preferir a defesa de alguma ou de algumas das acepções, quanto mostrar que se trata de um caso exemplar de uma tese clássica da AD, segundo a qual o sentido de uma palavra (bem como de um enunciado) depende do posicionamento de que o discurso emerge, ou, querendo, da posição discursiva de seu enunciador.

Do ponto de vista linguístico-discursivo, creio que o breve passeio pelas anotações retomadas e pelo *corpus* mostra inequivocamente que noções como as de *frame*, *script* e protótipo deveriam ser considerados mais constantemente pela análise do discurso, para evitar que o tratamento dos efeitos de referência dê a impressão de que a teoria vê um “mundo” muito estável, composto apenas de indivíduos e de classes de indivíduos, sendo que os acontecimentos e os processos são os fatos que melhor “exemplificam” as grandes teses da teoria.

Um argumento final: se o que houve no Brasil não foi um golpe, o que houve em Nice foi um acidente de trânsito.⁴⁰

⁴⁰ Explicando: como não se tratou de um ato terrorista prototípico (com bombas ou homens bomba), alguém poderia dizer que não foi terrorismo.

Referências

- AB'SABER, T. Dilma Rousseff e o ódio político. São Paulo: Hedra, 2015.
- AGAMBEN, G. O que é um povo? In: _____. Meios sem fim. São Paulo: Autêntica, 1996/2015. p.35-40.
- BARBÉ, C. Golpe de Estado. In: BOBBIO, N. et al. Dicionário de Política. Brasília: Editora UnB, 1986. p.545-547.
- DUQUE, P. H. Teoria dos protótipos, categoria e sentido lexical. Acessível em: [http://www.filologia.org.br/revista/artigo/7\(22\)13.htm](http://www.filologia.org.br/revista/artigo/7(22)13.htm), /2005./
- FARHAT, S. Dicionário parlamentar e político: o processo político e legislativo. Petrópolis: Vozes, 1996.
- HENRY, P. A ferramenta imperfeita; língua, sujeito e discurso. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 1992.
- KRIEG-PLANQUE, A. A noção de “fórmula” em Análise do Discurso: quadro teórico e metodológico. São Paulo: Parábola, 2009/2010.
- MAINGUENEAU, D. Novas tendências em análise do discurso. Campinas, SP: Pontes, 1987.
- PÊCHEUX, M. Discurso: estrutura ou acontecimento. Campinas, SP: Pontes, 1988/1990.
- RIBEIRO, R. J. A sociedade contra o social ou A sociedade privatizada. In: RIBEIRO, R. J. A sociedade contra o social; o alto custo da vida pública no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p.19-25.
- SILVA, A. S. da. A linguística cognitiva: uma breve introdução a um novo paradigma em linguística. Acessível em <http://www.inf.unioeste.br/~jorge/MESTRADOS/LETRAS%20-%20MECANISMOS%20DO%20FUNCIONAMENTO%20DA%20LINGUAGEM%20-%20PROCESSAMENTO%20DA%20LINGUAGEM%20NATURAL/ARTIGOS%20INTERESSANTES/Lingu%EDstica%20Cognitiva.pdf> /s.d./
- WILLIAMS, R. Palavras-chave: um vocabulário de cultura e sociedade. São Paulo: Boitempo, 1976/2007.

Anexo

Transcrevo excertos em que se trata do acontecimento analisado neste artigo. Divido-os em CONTRÁRIOS e FAVORÁVEIS, e ponho em negrito algumas palavras ou sequências que poderiam ser analisadas como a expressão clara ou indicial de um dos dois posicionamentos. É uma forma de resolver, de algum modo, a questão do *corpus*, que, neste caso, como em todos os que produzem uma polêmica, é expressivamente numeroso, por um lado, mas, por outro, enormemente repetitivo, de forma que, depois de considerados alguns excertos, pode-se dizer que se tem acesso ao *corpus*⁴¹. No entanto, valeria a pena também considerar diferenças, mesmo que pequenas, que certamente mostrariam que há sempre mais heterogeneidade do que se imagina num corpus.

FRAGMENTOS DE TEXTOS EM QUE O *IMPEACHMENT* É CONSIDERADO GOLPE:

(1)- “É absolutamente má-fé dizer que todo impeachment está correto. Para estar, a Constituição exige que se caracterize crime de responsabilidade. **É isso. Impeachment sem crime de responsabilidade é o quê? É golpe.**” (ROUSSEFF,⁴² 30/03/2016).

(2)- “... para haver impeachment tem que haver a caracterização do crime de responsabilidade da presidente da República. **Quando o impeachment acontece sem essa caracterização, o nome sinceramente não é impeachment, é outro nome.**” (RENAN CALHEIROS,⁴³ 22/03/2016).

(3)- “Acertada a premissa, ela tem toda razão. Se não houver fato jurídico que respalde o processo de impedimento, **esse processo não se enquadra em figurino legal e transparece como golpe.**” (MARCO AURÉLIO MELLO, 30/03/2016).

(4)- “Luiz Carlos Bresser-Pereira criticou (...) o atual processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff (...). **‘Isso é um golpe parlamentar e vai trazer um arranho grave na democracia brasileira.’**” (BRESSER-PEREIRA, 04/05/2016).

⁴¹ Agradeço a Marilena Inácio de Souza pelo levantamento.

⁴² Pronunciamento do lançamento da 3ª etapa do programa Minha Casa, Minha Vida.

⁴³ Pronunciamento de Renan Calheiros, após se reunir com o ex-presidente Lula.

(5)- “É por isso que **nas atuais circunstâncias deve-se falar em golpe. Golpe contra a legalidade, contra a vontade de mais de 54 mi de brasileiros.** Enquanto muitos conspiram p/ chegar aonde as urnas não deixaram, nós seguiremos combatendo as tentativas de violação do processo democrático.” (JAQUES WAGNER,⁴⁴ 26/03/2016).

(6)- “**Sou totalmente contra o impeachment, que é um golpe.** Porque a peça jurídica apresentada pelos advogados não tem nenhuma consistência. Não traz nenhum crime de responsabilidade. E a oposição sabe disso, tanto que vários deles já falaram que o impeachment também é político. (...) o impeachment sem crime, é simplesmente um golpe. Então, eu, a partir dessa compreensão, não tenho condição de votar.” (REGINALDO LOPES,⁴⁵ 17/04/2016).

(7)- “**Impeachment sem crime de responsabilidade é golpe**”. “(...) Entregar o país para essa gente é entregar o galinheiro para as raposas”. (ZÉ DE ABREU,⁴⁶ 24/04/2016).

(8) “Brazil for Sale: How a **legal Coup** set the Stage for privatization.” (The Nation, 27/7/2016).

(9) “**Não é necessário ter tanques nas ruas. Esse é um golpe frio.** Os que votaram pelo impeachment ficarão na História como **golpistas.**” (Senador LINDBERGH FARIAS).⁴⁷

FRAGMENTOS EM QUE O IMPEACHMENT NÃO É CONSIDERADO GOLPE:

(1)- “... a Câmara dos Deputados **respeitou os cânones estabelecidos na Constituição. O procedimento preliminar** instaurado na Câmara dos Deputados, disse o Supremo Tribunal Federal pelo menos duas vezes em julgamento público, **mostra-se plenamente compatível com o itinerário que a Constituição traça a esse respeito.** Portanto, ainda que a senhora presidente da República veja a partir de **uma perspectiva eminentemente pessoal a existência de um golpe,** na verdade, há um gravíssimo equívoco. (...) Eu digo que **é um gravíssimo equívoco falar em golpe. Falar em golpe**

⁴⁴ Texto publicado no Twiter do ministro Jaques Wagner em 26/03/2016.

⁴⁵ Deputado Federal –PT/ Minas Gerais

⁴⁶ Declaração no Programa Domingão do Faustão em 24/04/2016.

⁴⁷ Declaração na sessão da Comissão do Senado que votou o parecer do Senador Anastasia, em 04/08/2016.

é uma estratégia de defesa. (...) Na verdade é um grande equívoco reduzir-se o procedimento constitucional de impeachment à figura do golpe de Estado.” (CELSO DE MELLO,⁴⁸ 13/04/2016).

(2)- **“A Sra. Presidente da República insistiu no erro de tachar de “ilegal” e “golpista” a ação dos senhores deputados, omitindo propositadamente que o rito do impeachment foi determinado pelo Supremo Tribunal Federal, nos julgamentos das inúmeras e frustradas tentativas de seu governo de impedir a atuação do poder legislativo.”** (NOTA DO PMDB, 14/04/2016).

(3)- **“Como eu disse e escrevi em novembro, eu acho que o impeachment não é golpe. É um mecanismo previsto na Constituição para afastamento de um presidente da República. Golpe é uma expressão que pertence ao mundo da política e nós aqui usamos apenas expressões do mundo jurídico.”** (BARROSO,⁴⁹ 28/03/2016).

(4)- **“O processo de impeachment em curso hoje no Brasil não é um golpe de Estado,** mas tampouco representa a melhor solução para o país, que seria uma eleição geral capaz de renovar também o Congresso.” (The Economist,⁵⁰ 08/04/2016).

(5)- **“O processo é legítimo e não configura sequer ‘ruptura institucional’.** Cabe refutar as insistentes e irresponsáveis alegações, por parte da denunciada, de **que este processo de impeachment configuraria um ‘golpe’.** Em primeiro lugar, **nunca se viu golpe com direito a ampla defesa, contraditório, com reuniões às claras, transmitidas ao vivo, com direito à fala por membros de todos os matizes políticos, e com procedimento ditado pela Constituição e pelo Supremo Tribunal Federal.”** (ANASTASIA,⁵¹ 04/05/2016).

(6)- **“Houve ofensa à lei, houve ofensa à Constituição, houve crime de responsabilidade. Impeachment não é golpe, não, é mecanismo legal e constitucional.”** (BAUER,⁵² 12/05/2016).

⁴⁸ Ministro do STF, Celso de Mello, fala sobre o impeachment, na câmara dos Deputados, antes do julgamento de Rousseff.

⁴⁹ Declaração do ministro do STF Luis Roberto Barroso em 28/03/2016.

⁵⁰ Fragmento do texto “Quando um Golpe não é um Golpe”, publicado na revista *The Economist*, edição de abril de 2016.

⁵¹ Parecer de Antônio Anastasia, relator da Comissão Especial do processo de Impeachment no Senado.

⁵² Declaração do senador Paulo Bauer, do PSDB, sobre o relatório de Anastasia.

(7)- “As pessoas que sofrem eventualmente impeachment não são criminosas, não têm penalidade, **não se trata de um processo penal. É um processo político, da incapacidade demonstrada pelo governo de governar e, para tentar governar, infringir a constituição. (...) Não tem nada a ver com golpe, é um remédio constitucional.**” (CARDOSO, F.H.⁵³).

(8)- “**O impeachment não é golpe. Ele tem base de legalidade.** O problema é que com ele não vamos alcançar a finalidade de passar o País a limpo...”. (SILVA, M.⁵⁴ 06/05/2016).

(9)- “Esta será uma semana muito importante porque haverá a votação do impeachment e, por consequência, um julgamento. **Muitos falam em golpe, até mesmo a presidente. Mas a senhora está empregando a palavra errada. Golpe quem deu foi a senhora, quando prometeu uma série de coisas para os seus eleitores e não cumpriu.**” (FONTOURA, A.⁵⁵ 10/04/2016).

⁵³ Discurso de FHC em evento de lançamento do site do Instituto Teotônio Vilela.

⁵⁴ Declaração de Marina Silva à Jovem Pan em 06/05/2016.

⁵⁵ Declaração de Ary Fontoura durante o programa Domingo do Fautão, em 10/04/2016.